



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0000516-63.2022.6.05.8000
INTERESSADO : SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
ASSUNTO : Análise de regularidade da licitação

PARECER nº 14 / 2022 - PRE/DG/ASSED

Trata-se de realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de prestação de serviço continuado de assistência à saúde ou cobertura de custos assistenciais através de plano privado, com coparticipação de 30% (doc. n.º 1867907).

Observa-se o atendimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme registrado na decisão que autorizou a abertura do certame (doc. n.º 1829967).

Houve designação de Pregoeiro e equipe de apoio (docs. n.ºs 1830158 e 1864596), dentre os servidores nomeados por meio da Portaria 45/2020 (doc. n.º 1831816).

Publicado o edital (docs. n.ºs 1831817 e 1831977), foram apresentadas pedidos de esclarecimento e impugnação ao instrumento convocatório.

Reconhecida a necessidade de alteração do instrumento convocatório, determinou-se a republicação do edital, conforme documentos n.ºs 1851113 e 1864202.

Mediante documentos n.ºs 1867915 e 1867917, observa-se que houve publicação do edital atualizado no Portal de Compras e no DOU.

Além disso, da leitura dos autos e após consulta ao Portal da Transparência do Tribunal (<https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/editais/editais-das-licitacoes-2022>), verifica-se que foi realizada a publicação dos pedidos de esclarecimentos e impugnações.

Não obstante as providências acima, aberta a sessão pública na data agendada, não foram apresentadas propostas por qualquer licitante, conforme consignado na Ata de Realização do Pregão Eletrônico e no Relatório do Pregoeiro (docs. n.ºs 1882631 e 1882744).

Diante do exposto, o presente processo poderá ser encaminhado ao Diretor-Geral desta Casa para declaração de licitação deserta.

A falta de êxito na licitação impõe à Administração Pública, em regra, a necessidade de recorrer a outro certame. Assim, após a decisão referida acima, sugere-se o encaminhamento dos autos à unidade demandante, para adoção das providências com vistas à deflagração de novo procedimento licitatório.

À consideração superior.

Maria Regina Ribeiro Santana

Analista Judiciário/ASSED

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

Ronildo Dantas

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Ribeiro Santana, Analista Judiciário**, em 04/04/2022, às 18:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 04/04/2022, às 18:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1885853** e o código CRC **809775FA**.

0000516-63.2022.6.05.8000

1885853v22